

COMBATE

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

HOSPITAIS PARA QUEM? Luta em Santa Cruz

A entrevista que se segue foi realizada há poucos dias com dois elementos da comissão de trabalhadores da Clínica de Santa Cruz.

Na parte da entrevista que publicamos neste número explica-se o desenrolar do processo e uma parte do seu assenrolar. No próximo número transcreveremos a parte referente às últimas

fases do processo e a discussão tida sobre esta luta.

Elemento da comissão de trabalhadores - A luta começou concretamente no dia 11 de Maio de 1974, quando os trabalhadores se organizam democraticamente dentro de Santa Cruz e elegem a sua comissão de trabalhadores.

As posições de classe

Santa Cruz era uma sociedade anónima de 76 médicos que praticavam aqui a sua clínica privada. Alguns deles conseguiram tirar 600 contos de honorários clínicos. Os trabalhadores logo de início apresentaram um caderno reivindicativo: reivindicações de ordem social -- não salarial -- porque, apesar de termos aqui 60% de trabalhadores a ganharem 1.800\$00, tínhamos consciência de que não entrava dinheiro em caixa. Limitámo-nos a pedir o ordenado mínimo nacional e fomos mais para o campo social porque havia grandes diferenças entre o sector de serviço geral, que era e é constituído pelos serviços administrativos;

criadas, cozinheiras, motoristas, electricistas, etc.; depois havia o sector de enfermagem e o sector de médicos residentes; estes médicos residentes eram médicos assalariados e não faziam parte do corpo de accionistas. O sector de enfermagem, porque era um sector mais privilegiado, porque havia enfermeiras a tirar mensalmente cerca de 20 contos de ordenado -- aqui está a grande diferença entre os 1.800\$00 e os 20 contos -- dividem-se dos trabalhadores e põem-se ao lado da entidade patronal. Os médicos residentes, por sua vez, apoiam inteiramente a luta dos trabalhadores do sector geral.

"Era difícil vermos nos médicos o patrão"

A nossa primeira vitória dentro de Santa Cruz é o saneamento da superintendente de enfermagem. Esta superintendente representava aqui a entidade patronal. 76 médicos trabalhavam aqui para nós representavam o sr. dr. e não o patrão. Era difícil para nós vermos nesses o patrão. O patrão era representado por essa superintendente que exercia a repressão sobre os trabalhadores. Defendia sempre o seu sector, o sector de enfermagem, com grande discriminação entre enfermeiras do curso geral e auxiliares que considerava pessoal inferior; e fazia das criadas as escravas de Santa Cruz. Por exemplo, uma enfermeira atirava um cigarro ao chão e dizia à empregada para o deitar no caixote do lixo. As empregadas que trabalhavam oito noites seguidas (as enfermeiras faziam duas noites, descanso e folga) foram ter com a superintendente para conseguirem ter o mesmo tipo de horário que as enfermei-

ras. Para se ver como era essa senhora basta dizer que a resposta dela a isto foi: "Mas qual é o problema de vocês fa-



zerem oito noites seguidas? Tenho a certeza que os vossos maridos ainda são capazes de me virem agradecer por vocês estarem cá oito noites seguidas!"

"Garantia do trabalho e um hospital ao serviço do povo"

Em Junho conseguimos o saneamento da superintendente. Em Agosto a entidade patronal diz aos trabalhadores que não há hipótese para Santa Cruz. A única saída que eles têm é declarar a falência da clínica. Ou então, se os trabalhadores quisessem, iríamos todos embarcar numa aventura que era a reestruturação da clínica. A clínica até aí só fazia clínica privada; na ideia deles uma parte da clínica iria funcionar com contratos com Caixas de Previdência e empresas privadas que prestam assistência aos

empregados. Mas para fazer isso necessário que durante uns meses os empregados recebessem os ordenados a 50%. Nessa altura os trabalhadores perguntaram à entidade patronal como era com os honorários deles e a resposta foi: "Nós continuamos a receber os nossos honorários". Portanto a aventura era realmente para os trabalhadores e não para a entidade patronal. Recusamos esta proposta e exigimos o pagamento de salários.

(cont. na p. 2)

Luta em Santa Cruz

COMBATE

pag. 2 14/11/75

No dia 6 ou 8 de Outubro, e sem termos recebido o salário correspondente ao mês de Setembro, houve uma assembleia geral de accionistas aqui em Santa Cruz e os trabalhadores aprovaram, na véspera, fazer uma concentração e não deixar sair os accionistas enquanto não nos pagassem o salário. A concentração começa às nove da noite e cerca das dez horas aparece a Guarda Republicana chamada pela entidade patronal, justificando que os trabalhadores estariam aqui todos à pancada, que já havia vidros partidos, enfim... A GNR chega, verifica que não é nada, e quando está para se retirar a assembleia de accionistas pede para eles não se retirarem porque a resposta que eles iriam dar aos trabalhadores certamente não lhes ia agradar (aos trabalhadores) e portanto eles estavam com medo das represálias.

Nós, trabalhadores, tínhamos desde Maio duas palavras de ordem que eram: garantia de trabalho e transformar Santa Cruz num hospital ao serviço do povo. É precisamente contra esta palavra de ordem que a entidade patronal estava, porque dizia: "Porque é que vocês têm de pedir a nacionalização, a intervenção do Estado, se isto não é vosso? Isto é nosso e nós não queremos cá o Estado."

Em Outubro, quando nós fazemos a concentração, a entidade patronal, para tentar tapar os olhos a alguns trabalhadores, faz um comunicado dizendo que eles iriam pedir a intervenção do Estado. Passados uns oito dias é realizada aqui nova assembleia de accionistas e a clínica, que até aí tinha sido administrada por um conselho de administração,

"Isto é uma luta autónoma, sempre dirigida pela A. G. dos trabalhadores"

Os trabalhadores nessa altura convocam pela primeira vez uma reunião nos sindicatos. Nós até aí -- e isto é um dos aspectos, considero eu, mais importantes da luta -- é que isto foi e é uma luta autónoma, sempre dirigida pela assembleia geral de trabalhadores. As comissões de trabalhadores que têm existido são eleitas em bloco em assembleia e quando algum dos elementos da comissão não está a corresponder àquilo que os trabalhadores querem é denunciado em assembleia e eleita outra comissão. Nessa

que se demite nessa assembleia porque tinha sido fortemente atacado pelos trabalhadores não só na imprensa como também numa sessão havida no Ministério do Trabalho, passa a ser administrada pelo dr. Avelino Fortes Espinheira, que foi eleito com plenos poderes para a gerir e dirigir. Esse senhor foi eleito pela assembleia porque era, entre todos os médicos, aquele que eles viam que podia exercer a repressão sobre os trabalhadores. E realmente o senhor começa a desempenhar as suas funções no dia 20 de Outubro e a primeira coisa que faz é confirmar o despedimento dos médicos residentes que já havia sido feito pelo conselho de administração, os quais estavam solidários com o sector geral, e de 50% da comissão de trabalhadores. Ele cria aqui o divisionismo entre os trabalhadores. Ele despede um dos elementos da comissão de trabalhadores e meia hora depois percorre a clínica toda dizendo: "Vocês vão lá abaixo dar o nome dos vossos filhos porque eu quero oferecer uma prenda no Natal às criancinhas". Nessa altura os trabalhadores estão completamente desmobilizados porque ele promete o pagamento dos salários. Nós sabemos que, nessa assembleia em que ele foi eleito, teria afirmado que havia duas coisas a fazer para acabar com a luta dos trabalhadores de Santa Cruz: uma era pagar os salários durante três meses seguidos porque dessa maneira nós desistíamos de pedir a intervenção do Estado; outra era despedir a comissão de trabalhadores. A este primeiro despedimento de um elemento da comissão de trabalhadores segue-se um segundo de outros trabalhadores da comissão de trabalhadores e ainda um terceiro de um trabalhador activo.

altura nós pedimos a intervenção dos sindicatos e, porque na altura a palavra de ordem era "não aos despedimentos", eles apoiam-nos. Apoiam-nos e os trabalhadores despedidos não abandonam o local de trabalho. É então chamada mais uma vez a Guarda Nacional Republicana porque os accionistas contavam que essa polícia obrigasse pela força os trabalhadores a saírem. Isto acontece mais ou menos em meados de Novembro. Nós em Novembro não conseguimos nada.

tos de enfermagem dos 106 que havia. Os chefes de serviço também desaparecem. E o que é que acontece? A partir de determinada altura há um grupo de trabalhadores que, apesar de pertencerem ao sector geral, eram beneficiados nos seus salários com horas extraordinárias e que tiravam cerca de 15 a 18 contos de ordenado; juntaram-se aos referidos sindicatos, ao grupo de enfermagem e aos chefes de serviço contra os restantes trabalhadores.

A Secretaria de Estado não resolve absolutamente nada. Nós tentámos, desde Dezembro, uma entrevista com o secretário de Estado da Saúde que não conseguimos. Fizemos no dia 20 de Fevereiro uma manifestação na Secretaria de Estado, mas ele quando soube que nós íamos para lá (nós tínhamos divulgado um comunicado na imprensa a dizer que no dia seguinte iríamos fazer a concentração) não apareceu. Era secretário de Estado, na altura, o dr. Cruz de Oliveira. Fizemos uma outra no Ministério do Trabalho, mas também não conseguimos adiantar nada.

O Ministério do Trabalho dizia que era um problema da Secretaria de Estado da Saúde e que, por isso, não tinha nada a ver com o assunto. A Secretaria de Estado dizia que era um problema laboral, logo que era o Ministério do Trabalho que tinha que o resolver. Andámos nisto uma quantidade de tempo. A única solução que o secretário de Estado da Saúde dá é distribuir os trabalhadores em Santa Cruz pelos diversos hospitais do país. Os dirigentes sindicais -- é nesse dia que um deles é expulso daqui -- vêm dizer: "Vamos fazer aquilo que o secretário diz", "vamos fazer a listazinha para ele nos distribuir a todos porque é a única solução".

Os trabalhadores que se tinham mantido aqui, são cerca de cento e tal, a fazerem piquetes, a passarem aqui noites de fome e de frio (durante esse tempo eram as comissões de moradores aqui da área que nos vinham trazer alimentação) disseram não. Não porque o nosso local de trabalho é Santa Cruz e por isso não saímos daqui. O que temos é de pôr Santa Cruz a funcionar. E como é que

vamos pôr Santa Cruz a funcionar? Nessa altura pensámos em autogestão, em cooperativa, sei lá, numa quantidade de coisas. Propusemos então à assembleia geral dos trabalhadores que aqueles que quisessem aceitar a decisão do secretário de Estado e serem distribuídos pelos hospitais do país, que fizessem uma lista e a entregassem na Secretaria de Estado. Os que não quisessem e quisessem ficar em Santa Cruz a dar tudo por tudo, pois iriam tentar. Há um grupo de 50 elementos que aceita as colocações e o resto fica aqui.

Nessa altura contactámos os trabalhadores do Hospital de Santa Maria. Estes tinham uma assembleia de trabalhadores no dia a seguir e decidiram levar o nosso problema à assembleia; então é aprovado, na assembleia de Santa Maria, ocupar as instalações do hospital de Santa Cruz e abrir o hospital o mais rapidamente possível com todo o material técnico que fosse necessário vir do Santa Maria. Durante estes dias temos grande contacto com a Secretaria de Estado e a Direcção Geral dos Hospitais.

(cont. na p. seg.)

Sindicatos e governo

Em Dezembro a entidade patronal diz-nos que não tem dinheiro para pagar os salários, nem o mês de Dezembro nem o 13º mês, e que iria declarar falência. Em 27 de Dezembro, em assembleia de trabalhadores, aprovámos: dar à entidade patronal 24 horas para nos pagar ou então retirarem daqui os doentes. Eles optam por pôr os doentes noutras clínicas particulares. A grande preocupação deles foi saber se nós ocupávamos ou não as instalações. Nós não os informámos dessa nossa decisão e no dia 28, às 12 horas, entramos em paralização do trabalho com ocupação das instalações.

Estivemos em ocupação das instalações até ao dia 14 de Março. Durante esses meses estivemos aqui sem recebermos salários e começam os grandes conflitos com os sindicatos. Nessa altura temos grandes conflitos porque os dirigentes sindicais que vieram aqui e que estavam de-

signados para acompanhar a luta queriam ser eles a dirigir a luta. Concretamente, eu lembro-me que logo nos primeiros dias fizemos sair um comunicado para a imprensa e demos várias reportagens para a imprensa, e um dos dirigentes do sindicato dos motoristas, e também um dos telefonistas, disse: "Vocês não têm que dizer nada nem fazer comunicados sem nossa autorização". Eles eram contra a nossa palavra de ordem de nacionalização. Nós estamos lembrados que em Janeiro não se falava em nacionalizações. Quando se falava os sindicatos ficavam apavorados.

A luta foi sempre contra o patrão e o sector de enfermagem e mais tarde contra os encarregados de serviços, porque o Espinheira apoia-se nos chefes de serviço e no sector de enfermagem para criar o divisionismo. No início da greve o sector de enfermagem abandona completamente a luta, ficaram cá 2 elemen-

Editorial

• Parece-nos importante abordar de novo o problema de Angola e das independências nacionais, apesar de não irmos além das formulações já feitas em editoriais anteriores. Sendo muito embora só um reafirmar de posições, tentaremos responder à questão que muitos revolucionários a si mesmo ou aos outros põem neste momento em Portugal:

Não se deverá apoiar o MPLA -- mesmo com reservas... -- uma vez que somos totalmente opostos aos outros dois movimentos, FNLA e UNITA?

E vai-se argumentando que da oposição ao "mal maior" -- com as devidas reservas ao "mal menor" -- se contribui para o avanço do comunismo!

Esta questão não se levanta só para a situação angolana. Quantas pessoas em Portugal pensam que será necessário apoiar os "partidos reformistas" (na realidade o capitalismo de Estado) para evitar o avanço da "reação" (na realidade o capitalismo privado). Não nos parece que a questão assim esteja bem colocada. O movimento social não contempla "males menores". Ao atacarmos um inimigo não podemos, sob esse pretexto, fortificar o outro e se deixarmos que as estruturas sociais objectivas do "mal menor" se desenvolvam ele converter-se-á a curto prazo em mal bem maior.

Em nosso entender, as respostas do movimento social revolucionário tem de ser diferentes consoante o tipo de inimigo.

Contra a FNLA e contra a UNITA luta-se de armas na mão, assim como em Portugal se luta com armas contra as forças que visam impor o capitalismo privado e a repressão do velho regime. Mas não podemos deixar de lutar, embora com outras armas, contra as forças ascendentes do capitalismo de Estado (Nota). Estas forças sociais ascendentes estão ainda demasiado difusas e dispersas. A luta armada só pode ser conduzida contra uma força social bem unificada. Quando se luta de armas na mão pressupõe-se que as pessoas e os programas políticos se identificam. Ora, em torno do MPLA a clivagem social ainda não está inteiramente feita. Contra uma força social que está precisamente a encetar a sua unificação a luta tem de ser conduzida de outro modo, neste caso pelo desenvolvimento das instituições autónomas dos trabalhadores contra a reorganização do aparelho de Estado.

Por isso, contra o MPLA em Angola, bem como contra todos os que em Portugal visam edificar o capitalismo de Estado, os revolucionários devem lutar desenvolvendo a autonomia dos trabalhadores, contribuindo para a criação na prática de instituições que dem aos produtores a possibilidade de decisão de toda a vida económica e social, impedindo em cada momento que a centralização de poderes e a planificação da economia se faça através de estruturas exteriores aos trabalhadores (através do Estado directa ou indirectamente).

O MPLA é em Angola a força política que luta pela edificação de uma forma mais completa de capitalismo de Estado. É certo que em todos os países em que o processo de industrialização capitalista está muito atrasado, como é o caso na África, esse capitalismo só pode arrancar mediante uma grande concentração de capital, a que os capitalistas privados são incapazes de proceder e que o aparelho de Estado é o único a conseguir. Por isso em todos os países africanos se desenvolveram formas de capitalismo de Estado e a FNLA e a UNITA apoiam essas formas. Mas tanto a FNLA, expressão do sub-imperialismo zairense, como a UNITA, ligada aos interesses do "mercado comum" europeu, defendem formas de capitalismo de Estado mais mitigadas de capitalismo privado. Por outro lado ainda, a fraqueza organizacional do MPLA obriga-o, na luta contra os movimentos rivais, a fazer mais concessões à autonomia dos trabalhadores e impede-o de ser tão abertamente repressivo como a UNITA ou a FNLA; daí que o MPLA procure existir sobre a recuperação dos movimentos autónomos populares. Fã-lo porque não tem outro remédio, tal como entre nós foram levados a fazê-lo os partidos "de esquerda", e não porque defenda a luta autónoma dos trabalhadores.

Qualquer pessoa sabe que a África de hoje é um vasto bastião reaccionário em que se desenvolvem regimes ultra-re-

pressivos, em que as burguesias nacionais, os burocratas e os capitalistas de Estado atingem formas de verdadeira paranoia, e em que o imperialismo assume os seus aspectos mais agudos. Ora, a generalidade desta situação provém de uma evolução linear dos movimentos de libertação respectivos. O exemplo da África deveria ser suficiente para fazer ponderar os revolucionários sobre as verdadeiras características dos movimentos de libertação e dos "males menores"...

O facto de esta evolução não ter tido uma única excepção bastaria para mostrar que não se trata de degenerescências desses movimentos após a tomada do poder. As verdadeiras características da sociedade que se propõem construir germinam na própria forma como se organizam, como lutam e em quais as prioridades dadas no desenvolvimento da luta. Aquelas tomadas de poder não foram mais do que a generalização a todo um país, a toda uma sociedade, das formas de organização que os movimentos de libertação incorporavam.

Poderíamos, para não ir mais longe, falar do que se passou ou passa em Moçambique, com o fuzilamento de grevistas pela FRELIMO, etc., mas o exemplo do MPLA é também significativo: Recordemos (ver o Editorial do jornal nº 13, de 20 de Dezembro de 1974) que o MPLA ainda há bem pouco se pronunciava contra as greves dos trabalhadores dos portos, dos caminhos de ferro, etc. para só citar os casos mais conhecidos, a bem da "batalha da produção" local; combatia violentamente o chamado "banditismo", que na realidade constitui uma luta de massas, espontânea e ideologicamente atrasada, mas ampla e vigorosa, contra as formas de propriedade capitalista e o neo-colonialismo que os movimentos de libertação -- todos eles e o MPLA também -- consentem ou incentivam; mais recentemente temos a edificação económica nas cidades dominadas pelo MPLA, feita repressivamente e baseada nos critérios de produtividade capitalista, impondo ritmos infernais e disciplina repressiva.

Não se constrói uma sociedade comunista lutando contra a iniciativa dos trabalhadores e reprimindo a sua capacidade de decisão, nem impondo toda a estrutura tecnológica criada pelo capitalismo e que só a ele pode servir. O desenvolvimento das estruturas do comunismo pressupõe a capacidade de decisão de cada operário, e esta é eliminada pela extensão das horas de trabalho.

Temos de combater o inimigo que visa constituir as formas mais tradicionais de repressão, ou seja, as do capitalismo de propriedade privada, mas simultaneamente temos de lutar contra aqueles que visam construir o capitalismo de Estado. A luta contra o capitalismo de Estado em ascensão consiste no desenvolvimento das estruturas autónomas dos trabalhadores, opondo à forma centralizada e planificada do Estado, as instituições descentralizadas, de base e de democracia directa que são a única forma de existência da democracia operária.

Em conclusão: os revolucionários devem combater a FNLA e a UNITA com a luta armada, mas simultaneamente devem combater o MPLA apoiando e desenvolvendo as lutas autónomas dos trabalhadores e todo o movimento espontâneo das massas populares angolanas.

Do mesmo modo dizemos em relação a Portugal: pelo facto de combatermos a burguesia privada não devemos deixar de combater o capitalismo de Estado, que passo a passo se vai construindo e impondo. É este o perigo que está mais próximo. Cada vez mais vemos os trabalhadores embrenhados nas tarefas de planificação ao serviço do Estado, e os tecnocratas a ascenderem à supremacia social.

Este é o perigo real que tem de ser combatido dia a dia, desenvolvendo as estruturas autónomas dos trabalhadores e unificando-as ao seu nível autónomo.

O proletariado não tem que escolher entre as alternativas que o capitalismo privado e o capitalismo de Estado lhe oferecem. Os proletários tem a sua própria alternativa -- o comunismo.

(Nota) O capitalismo de Estado combina três factores principais: a propriedade capitalista dos meios de produção é realizada por intermédio do Estado; o Estado gere o funcionamento da economia; e o Estado controla e planifica a movimentação da força de trabalho. Existe deste modo uma hierarquia rígida da sociedade e tenta planificar-se a totalidade das suas actividades.

(continuação da p. ant.)

Manobras governamentais

No dia 18 de Março, para nosso espanto, aparece na imprensa a nacionalização de Santa Cruz. Até aí toda a gente dizia que "a nacionalização era impossível", "nós não nos metemos naquele

buraco até porque a sociedade de Santa Cruz deve 140 mil contos". Isto passa-se a uma segunda feira. Na quinta feira seguinte somos convocados para uma reunião na Direcção Geral dos Hospitais com a presença do secretário de Estado e é-nos anunciado que Santa Cruz não estava nacionalizado; tinha havido realmente uma proposta do secretário de Estado, mas que eram necessárias mais duas

assinaturas: a do ministro das Finanças e do secretário de Estado do Orçamento que eles não tinham concordado em assinar a proposta. Santa Cruz não estava nacionalizada, mas há a intervenção do Estado através de dois delegados do governo que são nomeados para virem para aqui.

(cont. na p. 6)

Mesa-redonda entre as Com. Moradores da Foz e S. Pedro da Cova

A mesa-redonda que se segue foi realizada em Outubro, com os seguintes participantes: três elementos da comissão de moradores de S. Pedro da Cova (esta comissão de moradores está dividida em três sectores e os elementos presentes representam dois deles), um elemento do centro revolucionário mineiro de S. Pedro da Cova, dois elementos da comissão de moradores da Foz do Douro e um assistente à mesa-redonda. Estavam ainda convidadas as comissões de moradores do bairro da Parceria e de Massarelos, que não puderam comparecer.

Nos dois últimos números de COMBATE publicamos uma extensa entrevista com mineiros e mulheres de S. Pedro da Cova que poderá elucidar o leitor sobre essa luta.

COMBATE - Esta primeira mesa-redonda tinha como objectivo iniciar uma discussão entre comissões de moradores ligadas ao SAAL-Norte e comissões não ligadas ao SAAL-Norte. Mas, agora, como há comissões que não vieram, não sei se será possível iniciar essa discussão. A vossa comissão está ligada ao SAAL-Norte?

Comissão de moradores de S. Pedro da Cova - Não, não está.

COMBATE - E a vossa?

Comissão de moradores da Foz do Douro - Não, também não está ligada ao SAAL-Norte.

COMBATE - As que não vieram são precisamente as comissões de moradores que estão ligadas ao SAAL-Norte. Julgo que não vieram porque hoje há uma reunião na Câmara (Conselho Municipal). No entanto podemos discutir outros assuntos. Vocês de que comissão são?

CM de S. P. da Cova - Somos todos do Bairro Novo.

COMBATE - Mas é só uma comissão?

CM de S. P. da Cova - Não. Estamos divididos em três sectores.

"Para cúpulas bastamos nós"

CM da Foz do Douro - Há um bocado falou-se em estar ligado ao SAAL ou não estar e eu ouvi ali um camarada dizer que ainda não estão mas pensam vir a estar.

CM de S. P. da Cova - Brevemente estaremos ligados ao SAAL. Já estão a trabalhar connosco mas ainda não estamos legalizados.

CM da Foz do Douro - Nós não estamos ligados ao SAAL. A comissão de moradores da Foz do Douro não está ligada ao SAAL, ou antes, não está dependente do SAAL como acontece com a maioria das comissões de moradores, que se chamam precisamente: comissão de moradores de tal parte/SAAL-Norte, comissão de moradores da rua tal/Saal-Norte. Nós somos uma comissão de moradores tal qual está previsto no documento-guia do MFA: a comissão de moradores com vista ao verdadeiro poder popular. Uma comissão de moradores com o verdadeiro poder

das bases, que não quer ser manipulada, directa ou indirectamente, por uma cúpula que pode ver os problemas em conjunto mas não vê os problemas verdadeiros de determinada zona. Nós próprios é que podemos ver esses problemas porque os

CM da Foz do Douro - Pertencem àquela comissão revolucionária dos mineiros de S. Pedro da Cova?

CM de S. P. da Cova - Pertencemos, sim.

CM da Foz do Douro - Eu conheço de já ter ouvido falar qualquer coisa. Foi no Congresso Nacional de Saúde. Vocês já lá foram?

CM de S. P. da Cova - Já lá fomos, já. E está tudo facilitado aos mineiros.

CM da Foz do Douro - Penso que houve lá um problema qualquer com o patronato (não sei se são sócios ou accionistas).

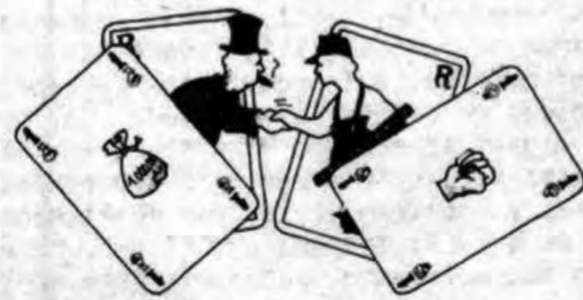
Vocês tinham as instalações para alguma cooperativa ou associação e depois as minas fecharam durante algum tempo e eles queriam tirar-vos isso. Foi o que eu ouvi. E agora está previsto que vocês montarem lá um posto médico e mais qualquer coisa no âmbito social. Até foi nessa altura que vocês se formaram como comissão de moradores. Não é isso?

CM de S. P. da Cova - Temos já lá um raio X e outras máquinas. Falta só montá-las.

problemas da Foz não são iguais aos problemas de S. Pedro da Cova, da Sé, etc. Nós queremos de todo ser independentes. Para cúpulas já bastamos nós: aqueles que fomos eleitos em plenário. Não quero com isto dizer que ponhamos de parte a ideia da colaboração do SAAL. O processo SAAL é um processo que consideramos muito válido e a que recorremos logo que seja necessário, para a questão da habitação, para a construção (pois foi para isso que o SAAL foi criado -- é um organismo estatal e por isso tem mais facilidades económicas do que nós). Logo que nós não possamos tratar de qualquer assunto no que diz respeito à habitação -- como a construção ou reconstrução de casas -- iremos recorrer ao SAAL, mas sem estarmos ligados a ele. Ninguém nos obriga a estarmos ligados seja a que organismo for, incluindo o SAAL. Também os há, como por exemplo o secretariado das comissões de moradores. Nós não pertencemos a nenhum secretariado de comissões de moradores, e já para não falar no Conselho Municipal a quem demos todo o nosso apoio quando foi deste assunto que se passou na passada sexta-feira. Também fomos lá, não só a comissão de moradores mas também os habitantes. Demos o nosso

apoio porque achamos que a luta deles era válida. Simplesmente nós poderemos aderir ao conselho municipal quando estivermos representados nesse conselho. Não é nós irmos ligar-nos a um organismo que já existia unicamente para termos ideias paternalistas, já que, depois, eles tratam dos assuntos todos. Nós é que queremos tratar dos nossos assuntos. Nós e os nossos moradores que são iguais a nós. Por isso é que não queremos de princípio, e acho que isto continuará, pertencer ao conselho municipal. Podemos estar ligados, mas só se estivermos lá representados para podermos ter voz activa. Nós só podemos estar dependentes desse conselho municipal se estivermos representados por um ou dois elementos que possam ter voz activa. Quanto ao SAAL é um processo a quem recorreremos se necessitarmos, mas só na questão da habitação. Não podemos compreender como o SAAL, que foi criado a nível nacional para uma determinada função, esteja a sair dessa mesma função. Pois uma comissão de moradores ou um conjunto de moradores de uma freguesia não têm só necessidade de habitação, mas também de saúde, de desporto, de educação, enfim, uma série de coisas bastante complexas que uma comissão de moradores vai tratar, mas o processo SAAL não está metido nisso. O SAAL foi criado para a construção, nada mais.

Isto são em linhas gerais os motivos de não estarmos dependentes do SAAL; podemos estar ligados somente por laços de amizade. Nós dissemos ao SAAL que existíamos e mandamos a documentação, mas unicamente a documentação que nos confere a legalidade e não para que estejamos dependentes dele. Depois disso eles já foram ter connosco, mas não estamos dependentes de ninguém. É claro, quando precisarmos... O SAAL também pode precisar de nós, nós podemos dar-lhes ideias, pelo menos naquela zona que nós



desenho de Plantu

conhecemos bem ou que estamos a tentar conhecer.

CM de S. P. da Cova - Mas o nosso caso é muito diferente do de vocês. É que nós lá temos uns lugares que pertenciam aos donos das minas e estamos a tentar a expropriação daquilo: dos bairros e dos terre-os que sirvam para construção de casas. Com a ajuda do SAAL é-nos mais fácil a expropriação. Ele dá-nos uma ajuda que é mais fácil fazer a expropriação.

CM da Foz do Douro - Isso só na habitação. Não quero de modo algum que julguem que nós, com a nossa posição, queremos dar uma opinião ou incutir nas outras comissões de moradores uma deter-

"A força deve estar nos trabalhadores, não no partido"

CM da Foz do Douro - Vocês conseguiram pôr lá, na sala que vai ser o posto médico, aquelas máquinas todas que vão ser utilizadas, os médicos, etc. Não foi o SAAL que os arranjou, pois não?

CM de S. P. da Cova - Aquilo era o seguinte: quando as minas de carvão ainda trabalhavam, em S. Pedro da Cova, fizeram-se esses bairros para os mineiros. Nós descontávamos 7,5% para a ajuda desses ditos bairros e o Estado dava uma ajuda para fazer esses bairros para os operários. Dá-se o caso que as casas não têm praticamente condições. Nem WC têm. E o saneamento? Nem se fala nisso! Depois as minas pararam. Como elas pararam os patrões resolveram levar renda e os operários disseram que não. Como levaram renda houve esta coisa de formar o centro revolucionário mineiro. Então resolveu-se em plenário não pagar a renda ao Cid Monteiro e pagar no centro revolucionário mineiro. Foi quando se começaram a formar as comissões de moradores. As comissões de moradores pagavam no centro revolucionário e esse dinheiro das rendas serve para obras nas casas. Trabalhei perto de vinte anos nas minas. Foi até elas pararem. Entrei para lá aos 14 anos e fui até elas pararem. Quando me obrigaram a pagar renda foi de 150\$00 por uma casa de três divisões. É certo que o tecto, o forro da casa, era de madeira. Com a chuva já não tinha forro nenhum. Quer dizer, aquilo tem uma média de trinta anos sem nunca ter sido concertado. Eu pedi lá ao empregado de escritório, que era guarda-livros, para me trocar a casa quando estivesse uma casa igual de vago. Dá-se o caso que ele disse que não, que não podia trocar. Um dia passou por lá o antigo patrão, que era o dr. Lacerda (eu sei que ele era o dr. Lacerda por me dizerem que ele era o nosso patrão. Se ele era Lacerda ou não... eu nunca o conheci. De patrões conhecia quem me pagava. Ainda hoje, e tenho vinte anos de minas, não sei quem é o Cid Monteiro; nem a cara (apouco lhe conheço) e eu chamei-o para vir ver a casa, e ele disse: "Olha, o que eu posso fazer -- artistas não tenho -- é dar-te o material e tu arranjás". Eu disse: "Oh sr. dr., eu vim para as minas aos 14 anos, sei agora que elas infelizmente pararam, e eu tive que procurar emprego noutro trabalho; se eu não sei de trola nem de carpinteiro para que é que me interessa o material? Vou pagar a um artista que ganha mais do que eu? Então, nesse caso, só se eu não pagar a renda e com o dinheiro pagar a um artista". Ele então disse-me que não, disse que isso não. E diz ele: "Agora é assim. E até será que daqui a mais tarde... Sabe que o pão custava \$40 e passou para \$50, eu não digo que as

minada ideia, uma determinada doutrina. Nós é que acreditamos que a coisa é assim e que deve ser feita assim.

CM de S. P. da Cova - Está bem...

casas também não subam. Você só tem um bem: deitar sentido a uma casa que fique de vago melhor do que essa". Deu-se uma casa que era de um primo meu, mesmo perto de onde eu morava, e eu fui falar que aquela casa era para mim. Perguntei-lhe quanto era a renda e ele disse: "Olhe, são 240\$00". Quer dizer, de 180\$00 por uma casa que era igual, só por mudar foi logo para 240\$00. Eu mudei de casa e no fim do mês vou pagar a renda e ele disse-me: "A renda não são 240\$00, são 330\$00". Eu é que já estava dentro da casa e a outra estava ocupada porque senão já não queria. Tive que entrar com 330\$00. Quer dizer, consoante se ia mudando de casa ele ia explorando mais. Quando eu disse que aquilo era de mineiros e tinha de ser uma renda económica, foi nessa altura que se formou o centro revolucionário mineiro. Ao mesmo tempo fizeram-se esses plenários e resolveu, o povo de S. Pedro da Cova, pagar essas rehdas no centro revolucionário mineiro e não ao Cid Monteiro. Como se resolveu pagar ao centro revolucionário mineiro foi quando se começou a formar as comissões de moradores. Essas comissões é que tratam dos assuntos. Quer dizer, para o que é preciso. Agora estão a tratar do saneamento. Essa coisa de ingressar no SAAL interessa porque eles oferecem técnicos e além disso interessa-nos a expropriação.

CM da Foz do Douro - Já agora gostava de fazer uma pergunta: vocês vão-se ligar ao SAAL porque? Somente por causa das expropriações? Mas quem é que vos disse que se vocês não pertencessem aos SAAL o SAAL não trabalha? Vocês já eram comissão de moradores antes, logo o que é necessário é vocês trabalharem de facto, conseguirem ir junto das entidades respectivas conforme os casos. No caso do posto médico vocês foram às pessoas que melhor vos pareceram -- como o Congresso Nacional de Saúde -- irão também à Junta Nacional de Saúde ou coisa congénere. Para a habitação, para as expropriações, etc., etc., dirigem-se ao SAAL. Mas não é necessário estar ligado ao SAAL. Eu digo, eu repito que não quero, de modo nenhum, dar a impressão de que estou a tirar freguesia ao SAAL. O que eu vejo é que o SAAL não pode trabalhar como deve ser se tiver que se preocupar com os problemas gerais que uma comissão de moradores tem, em vez de se preocupar única e exclusivamente com os problemas da habitação que essas comissões têm. E isso assim, sim. Assim eu já compreendo que tratem de assuntos, mas sem terem de manejar os cordelinhos de um certo número de comissões de moradores e terem uma força, força essa que mais tarde vai ser, e vai ser mesmo, aproveitada, assaltada por determinado grupo político. Vai haver lutas para que

haja uma determinada preponderância partidária sobre o SAAL, é o que vai acontecer. Se houver um secretariado, um núcleo coordenador de diversas comissões de base, imediatamente haverá um grupo partidário, político, que vai tentar deitar a mão nisso e nós não queremos, de modo nenhum, que houvesse partidatismo nisso e que se servissem de nós para terem uma força partidária, fosse ela qual fosse. No caso dos sindicatos, por exemplo, estou plenamente de acordo com a unicidade sindical. Só não estou de acordo é que haja partidos que andem a lutar cá fora para porem o rabinho dentro desse grupo que coordena um determinado grupo de sindicatos, unicamente para ter mais força. Acho que a força deve estar nos trabalhadores e não no partido. É como nós: a força deve estar nos moradores e não no partido ou na associação que possa vir a comandar, ou a querer comandar, esse grupo de comissões de base. É só por causa disso que eu tenho esta opinião e que afinal os meus camaradas da comissão de moradores da Foz do Douro têm desde o princípio, desde a altura da formação.

Outro membro da CM da Foz do Douro - Queria saber porque é que vocês acham importante o apoio do SAAL para fazerem a expropriação. Eu explico porque é que pergunto isso: é porque eu tenho a impressão que é uma brigada técnica de construção, ligada à habitação, que trata disso. Portanto, não vejo muito bem a ligação do SAAL à expropriação. Não sei se ele interveio nesse campo ou não.

CM de S. P. da Cova - Uma baralhada que não se percebe.

Um assistente à mesa-redonda -

Há um esquema inicial SAAL (não sei se há diferenças entre o Norte e o Sul) que depois de constituída e legalizada a comissão pode recorrer ao SAAL. E o SAAL, já com as suas limitações técnicas, já, enfim, com as suas limitações económicas, tem que atender todos os casos. Tem um esquema de intervenção, uma legislação apropriada, quer dizer, há leis (que saíram no tempo em que era secretário de Estado para certas questões um fulano chamado Nuno Portas) relativas a isso; em que se prevê as expropriações, condições em que se podem fazer (condições favoráveis aos habitantes dessa zona) e que prevêem já quantitativos monetários consoante o tipo de expropriação a fazer, construções a realizar, etc. Eles só aceitam intervir nestes casos, dentro do esquema aprovado.

CM da Foz do Douro - Por eles só?

Um assistente à mesa-redonda -

É o esquema nacional SAAL. Por isso é que, pessoalmente, concordo com aquele amigo quando chama a atenção para o poder popular. As comissões de moradores, como forma de poder popular, têm que estar atentas porque não se trata simplesmente de arranjar, agora, uma ajuda para as habitações. Considero, porém, que nes-

(cont. na p. 6)

Dos capitalistas privados à intervenção do Estado

O que acontece entretanto? O tal grupo de trabalhadores que tinha aceitado as colocações é contactado pelo sector de enfermagem e pelos encarregados de serviço, que tinham abandonado a luta. Junta-se um grupo e dizem: "Se Santa Cruz está a trabalhar nós vamos para lá todos". Daí surge um conflito entre os trabalhadores porque nós não queríamos de maneira nenhuma que aqueles que tinham abandonado a luta, que tinham sido os grandes traidores da luta, estivessem aqui a trabalhar connosco. Se havia alguns trabalhadores naquela lista que tinha sido enviada para o secretário de Estado que tinham tido um comportamento extraordinário durante a greve, a maior parte deles não -- eram indivíduos que nem sequer apareciam lá. Portanto nós fizemos frente à vinda desses para aqui. Admitíamos alguns, mas outros não os queríamos cá de maneira nenhuma. Soubemos entretanto que alguns desses elementos tinham contactado indivíduos de um bairro aqui da zona, que estavam armados, para nos virem dar pancada. Nós então pedimos a intervenção do COPCON (fui eu até que lá fui falar com o Otelo) que nos prometeu apoiar.

Realmente no dia seguinte o que é que acontece? Cruzam-se aqui nas imediações Chaimites vindos do Alto do Duque, por ordem do Otelo Saraiva de Carvalho, e Chaimites vindos por ordem do governo. Uns vinham defender os trabalhadores e outros vinham contra os trabalhadores. Aparecem inclusivamente três capitães que disseram ser do COPCON e um indivíduo dizendo que era delegado do MFA. Esse indivíduo apresentou uma proposta que dizia que Santa Cruz teria a intervenção do Estado, concretizada com a nomeação de três delegados do governo: dois da Direcção Geral dos Hospitais e um médico militar do MFA, e meteriam em Santa Cruz os tais trabalhadores que nós não queríamos cá. Seria nomeada uma comissão de inquérito para levantar processos a esses trabalhadores de quem nós temos provas que eram os grandes traidores da luta. Um deles, lembro-me eu (e nós temos aí um comunicado assinado por ele), dias antes da paralização do trabalho esse indivíduo mais o grupo de enfermagem pede um voto de confiança ao patrão. O patrão não estava a pagar os salários e eles fazem uma assembleia geral a pedi-

rem um voto de apoio ao patrão e pedem para se pôr a comissão de trabalhadores na rua. Nós desse indivíduo até temos provas escritas de que ele é um dos grandes traidores.

Nós perante esta proposta aceitámos. Aceitámos, mas o certo é que o médico do MFA nunca aparece e ficam então aqui os dois senhores da direcção geral,

13 de Outubro de 1975

Meus caros amigos

Vi reconhecidamente que a minha carta foi publicada no vosso jornal (nº 28, página 7), mas reparei que a segunda parte é ilegível devido ao enorme número de gralhas. Vejo-me na obrigação de vos pedir para republicarem a parte final, pois noutra caso os leitores vão julgar que a pessoa que vos criticou na primeira parte é um maluquinho. Proponho-vos uma alternativa: Publicar um resumo dessa mesma segunda parte que vos envio ...

... e é o que passamos a fazer.

Como definir o actual regime português?

Eu proponho a seguinte caracterização: Estado capitalista degenerado.

César de Oliveira, ideólogo de certas sínteses ocasionais que no interior do poder actual possam representar um projecto social militar sem o PC (ou com um PC minoritário), afirmava recentemente ao quotidiano parisiense Libération: "Fizemos em Portugal uma arrancada que ultrapassa a capacidade e a consciência revolucionária das massas populares" (4/6/75); e na sequência desta afirmação acrescentava: "O controle da produção pelos trabalhadores é um objectivo do Conselho da Revolução, mas nós não sabemos ainda como realizá-lo" (ib.). Extraordinário. E são ideias que não só têm a caução das armas como a caução científica de um historiador do movimento operário.

É um facto que desde o golpe de 25 de Abril de 1974, ou da crise de Setembro, ou mesmo do contra-golpe de Estado do 11 de Março de 1975, a classe operária não fez nenhuma revolução -- o que é completamente diferente da sua pretensa incapacidade ou falta de consciência revolucionária -- mas a "radicali-

um advogado e uma enfermeira, que passado algum tempo se transformam em comissão instaladora do hospital. Se a entidade patronal exercia repressão e divisionismo, estes dois senhores eram tão bons ou mais do que o patrão. Começam por proibir as assembleias gerais de trabalhadores. A comissão de trabalhadores para ele não existia. "Mas que é isso de comissão de trabalhadores?"

"é isso de comissão de trabalhadores?", "nós é que mandamos aqui porque nós somos delegados do governo", diziam eles.

CONTINUA NO PRÓXIMO NÚMERO

zação" do regime para formas económicas cada vez mais concentradas só pode ser compreendida pela maneira como as classes trabalhadoras aproveitaram cada brecha aberta no poder para se infiltrarem e estabelecerem blocagens à exploração capitalista a todos os níveis (de tal modo que esse poder não tem encontrado outro recurso que é de esvaziar as reservas pacientemente acumuladas durante 45 anos de ditadura política capitalista). A estatização da economia e a burocratização das actividades sociais corresponde à emergência das massas populares em instituições cada vez mais incontroladas. Na fase actual não se assiste a uma recuperação burocrática ou burguesa das lutas operárias, mas a uma recuperação operária dos conflitos entre dois tipos de sociedade de exploração (a nosso ver a estratégia das massas populares consiste em jogar com as divisões entre os diversos blocos com pretensão à gestão do capital estadualizado, e mantendo de pé os diversos tipos de legitimidade política).

Como definir então o actual regime português, de esquerda?

Um campesinato proletarianizado, um proletariado urbano decisivo, uma industrialização essencialmente realizada pelo salazarismo, uma tecnocracia estabelecida nos órgãos de decisão por M. Caetano, uma burocracia instalada ao nível nacional com o 25 de Abril, tudo isto mais ou menos unificado e integrado pelo contra-golpe de Estado do 11 de Março... mas o que é que falta a este país... para ser capitalista... ou socialista? Para ser socialista, falta libertar-se das cúpulas dirigentes e inventar estruturas interdirigidas libertas e auto-instituídas pelas massas. Para ser capitalista, falta preencher o vazio institucional com o qual um regime de exploração não pode funcionar.

E não é por acaso que é disso que é questão em todas as discussões no poder: quer se trate dos CDRs, dos CTRs, dos PS verdadeiramente socialistas, das comissões de controle ou de trabalhadores, etc.,...

Um Estado dominante, uma burguesia expropriada, mais-valia produzida, ausência de enquadramento das massas e sobretudo dos produtores directos, o que é senão um Estado capitalista degenerado? Degenerado precisamente por uma classe operária com uma grande consciência e capacidade políticas, pelo menos iguais à de outras classes, mas ainda sem força suficiente para destruir os enormes aparelhos institucionais que desde o 25 de Abril não deixaram de, preventiva e prospectivamente, se refirgar.

A luta de classes em Portugal é, diria, ideal, pura: os produtores encontram-se em luta contra os expropriadores, uma luta quase sem mediações institucionais integradas a um aparelho de exploração. É a ausência de uma interligação institucional entre a base e o topo da sociedade que empresta ao discurso do poder actual a tonalidade do que, em termos de psicologia clínica, se designa por delírio.

Pets, o Vagabundo.

Mesa-redonda

(continuação da p. 5)

te momento, em que essas comissões ainda são muito incipientes, há riscos de paternalismo, paternalismos que se podem converter em domínio de partidos, etc. Contudo, parece-me uma coisa realista, isto é, uma coisa necessária que as comissões de moradores, por exemplo como a do tipo que me parece ser a de S. Pedro da Cova (não conheço bem os problemas daquilo), estejam ligadas a uma entidade que lhes pode dar apoio. Um apoio no campo preciso em que eles querem, isto é, na habitação.

Quanto à questão da intervenção par-

tidária estou fundamentalmente de acordo, mas parece-me que o risco de domínio de certa cor partidária também corre directamente nas próprias comissões e não somente através do domínio dos SAAL. Por exemplo, na Foz não há uma certa luta de partidos para dominar a comissão?

Outro membro da CM da Foz do Douro - Não.

Um assistente à mesa-redonda - Mas pode haver ou não?

Outro membro da CM da Foz do Douro - No princípio houve.

ESTA MESA-REDONDA CONTINUARÁ NO PRÓXIMO NÚMERO, ABORDANDO-SE OS PROBLEMAS DAS ORGANIZAÇÕES AUTÓNOMAS E DAS MANOBRAS DOS PARTIDOS, DO LEGALISMO E DA ACÇÃO DE MASSAS; DO ISOLAMENTO DAS COMISSÕES DE MORADORES E DA PASSIVIDADE DAS MASSAS, E OS PROBLEMAS DA ELEIÇÃO E DA REVOCABILIDADE.

Imperialimos

(continuação da p. 8)

governo central, as administrações regionais e a maior parte do aparelho estadual. Nessas circunstâncias uma falha nesse bloco seria grave e poder-se-ia invocar a hipótese de o governo dos Estados Unidos adoptar uma forma de acção mais violenta.

Mas nos últimos tempos a situação geral da margem norte do Mediterrâneo mudou consideravelmente. A ascensão do Partido Socialista em França faz com que ele seja o eixo fundamental da vida política e tanto o Partido Comunista como o partido do presidente da república Giscard d'Estaing (Partido Republicano Independente) procura a aliança dos socialistas. A hipótese mais provável é que o Partido Socialista ascenda ao governo num futuro não muito distante, ou como aliado dos republicanos independentes, ou tendo o Partido Comunista como aliado.

Em Itália o Partido Comunista teve uma ascensão muito importante nas eleições municipais, há alguns meses, que o classificaram como um partido praticamente tão importante como o Partido Democrata-Cristão (conservador), que dominou a vida governamental italiana no post-guerra. Nesta situação o Partido Comunista, que controla já hoje grande parte das administrações regionais, ascenderá brevemente ao governo.

Em Espanha o desagregar do regime franquista será um processo complexo, sem dúvida mais violento do que o pacatíssimo 25 de Abril, mas qualquer pessoa coloca como hipótese mais verosímil que um papel de relevo venha a ser desempenhado na vida governamental espanhola pelos socialistas e pelo Partido Comunista.

Esta ascensão das social-democracias no Sul da Europa converge com o domínio que a social-democracia detém já em praticamente todos os países do Norte europeu. A CEE ("mercado comum") desenvolve assim as suas instituições políticas e sociais num sentido plenamente social-democrata. Esta reconversão de estruturas corresponde ao desenvolvimento do capitalismo de Estado em países onde são muito importantes as indústrias produtoras de bens de consumo particular. Muitas pessoas confundem o capitalismo de Estado com o regime da URSS ou da China e não vêm que, noutras circunstâncias económicas, as estruturas do capitalismo de Estado se desenvolvem em formas parcialmente diferentes. Quando países como a Rússia ou a China, por exemplo, fizeram a reconversão capitalista de Estado, a sua industrialização era muito atrasada ou praticamente inexistente; por isso desenvolveram-se sobretudo as instituições estaduais burocrático-repressivas, destinadas a orientar toda a vida económica para a produção de máquinas e outros meios de produção, conservando os trabalhadores num baixo nível de vida. Na Europa ocidental o sistema económico é diferente, a industrialização é já muito antiga e uma fracção muito importante das indústrias produz bens de consumo que pressupõem um mercado particular extenso e um poder de compra relativamente elevado por parte do geral da população. Este sistema capitalista tem de prosseguir baseado em salários relativamente elevados (relativamente, por comparação com os outros sistemas antes enunciados e com outros estádios

económicos) e, por isso, em vez de desenvolver as instituições burocrático-repressivas desenvolve as instituições burocrático-sindicais. Nos regimes como a URSS ou a China a força de trabalho é controlada principalmente através da polícia e de outros meios repressivos; nos países do "mercado comum", onde a existência de importantíssimos ramos de indústrias laborando para o consumo particular (alimentação, automóveis, electro-domésticos, etc.) obriga a uma reavaliação periódica dos salários, é necessário que essas disputas salariais e as movimentações operárias que lhes são inerentes não ultrapassem o âmbito consentido pelos capitalistas, e por isso desenvolvem-se as instituições burocrático-sindicais, que pretendem canalizar toda a movimentação operária de modo a que ela não seja mais, afinal, do que a periódica expansão do mercado de consumo particular.

São os partidos socialistas que constituem os melhores agentes do desenvolvimento destas instituições burocrático-sindicais e do tipo de capitalismo de Estado em que elas se integram. No caso particular da Itália o Partido Comunista é, na realidade, um partido socialista, na sua estrutura como nos seus métodos de acção e no programa, e é entre os partidos socialistas europeus e não entre os restantes partidos comu-

	CEE	EUA	URSS	Japão
Importações				
% do total mundial	41	13,7	4	6,5
Exportações				
% do total mundial	41,2	15,5	4,6	6,9

(Trata-se de dados oficiais da CEE referentes a 1970)

Mas, no campo das instituições políticas e administrativas, o tipo de capitalismo de Estado que se desenvolve na Europa ocidental surge como intermédio entre o capitalismo de Estado burocrático-repressivo da URSS e os Estados Unidos, onde as instituições do capitalismo de Estado estão bastante atrasadas. É este desfazamento entre o sentido da integração económica e o desenvolvimento das instituições estaduais que leva ao mito de uma *independência* do "mercado comum" entre os vários blocos, mito que constitui um dos pontos fundamentais do capitalismo de Estado chinês.

Neste contexto a evolução portuguesa posterior ao 25 de Abril não surge como uma excepção relativamente ao que se passa no Sul da Europa -- nas linhas do seu desenvolvimento económico e das mutações do aparelho de Estado. O carácter particular da situação portuguesa deve-se à expansão do movimento operário autónomo e não à evolução do aparelho de Estado. O aparelho de Estado em Portugal evoluiu num sentido convergente com o do resto da Europa, tendo em conta evidentemente as diferenças económicas. O desenvolvimento peculiar do movimento operário em Portugal não é de modo nenhum parte integrante do processo de reconversão do aparelho de Estado, mas desenvolve-se contra esse aparelho de Estado.

Ora, as instituições autónomas do proletariado não atingiram ainda o ponto em que põem em causa o aparelho de Estado, isto é, não procuram ainda uni-

nistas que encontra os seus interlocutores preferenciais. Isto explica aliás porque são tão fracos os partidos socialistas italianos. É o Partido Comunista que se lhes substituiu.

A actual crise económica na esfera do capitalismo americano, acelerando inevitavelmente o desenvolvimento do capitalismo de Estado, é a responsável principal por esta rapidificação da ascensão das social-democracias no Sul da Europa e pela unificação da Europa sob uma forma social-democrata, ou seja, segundo a forma de capitalismo de Estado característica dos países em que a produção dos bens de consumo particular ocupa uma fracção muito importante do capitalismo.

Esta importantíssima transformação política e económica obrigou os Estados Unidos a reconverter a sua política mediterrânica. A intervenção política directa da administração de Washington passou a incidir sobretudo em países da margem sul do Mediterrâneo, especialmente na zona árabe. Neste sentido teve uma importância determinante o aparecimento recente dos Estados Unidos como o mediano indistinctível entre o Egipto e Israel -- o que mostra, suplementarmente, o carácter sempre reaccionário das chamadas "lutas nacionais", que são sempre formas de luta das burguesias nacionais e dos aparelhos de Estado locais.

Assim, a Europa ocidental, organizada em torno da CEE ("mercado comum"), permanecerá ligada aos Estados Unidos no campo das relações económicas -- as relações da CEE com os países do bloco russo são comparativamente diminutas.

ficar-se ao seu nível autónomo, federar-se, retirando por aí ao Estado e a todas as instituições centralizadas a sua razão de ser. E, se o fizerem, o que será sem dúvida em ligação com o desenvolvimento do processo revolucionário noutros países, em Espanha nomeadamente, não será o imperialismo americano o único a intervir activamente, mas todos os imperialismos.

Por outro lado, nem o Estado dos burocratas otelistas ou gonçalvistas, nem o exército de Fabião, seriam o alvo da intervenção americana, mas sim as instituições autónomas do proletariado.

Em suma, aqueles que pretendem apontar esse eventual perigo de uma intervenção armada americana como razão para mantermos, apesar de tudo, um exército profissional e bastião das instituições hierarquizadas e repressivas do capitalismo de Estado mostram bem qual o único objectivo de toda a sua demagogia e do seu pretensão radicalismo. Por detrás de tudo isso há a concepção do capitalismo de propriedade privada como o único inimigo e a tentativa de conduzir o proletariado atrás da bandeira do capitalismo de Estado, rumo a uma nova escravidão.

QUERIA ASSINAR O "COMBATE" DESDE O Nº _____

1 ano (26 números) - 90\$00; 6 meses (13 números) - 45\$00

Apoio (anual) - 120\$00 mínimo

Europa (1 ano - 168\$00); USA (1 ano 210\$00) (por avião)

Angola (1 ano 207\$00)

QUERIA VENDER "COMBATE"

Junto envio _____ \$ _____

(Todos os cheques e vales devem ser enviados ao nome da directora)

Imperialismo, Imperialismos e Intervenções ...

Alguns grupos políticos que gostam de se apresentar como os mais radicais definem esse pretensão radicalismo pela disposição em que se encontram de empreender a luta armada no caso de a burguesia partidária da propriedade privada tentar desencadear um golpe de Estado. É este o tipo de radicalismo das organizações políticas que circulam em torno da actual aliança das tendências burocrático-militares Otelo-Gonçalves-Fabião, e que lhe servem de porta-vozes para as alocações mais delicadas e de angariadores de clientela.

Mas não basta propagandear o combate violento contra a burguesia de propriedade privada. O capitalismo privado não é o único inimigo do proletariado. O processo de transformação da economia neste século tem cada vez mais convertido as estruturas económicas e sociais de capitalismo de propriedade privada em capitalismo de Estado, e é essa aliás a característica fundamental da evolução da economia e do aparelho de Estado em Portugal, nomeadamente desde o 25 de Abril. Por isso, quando os agentes políticos de Otelo e Vasco Gonçalves clamam pela luta armada contra a burguesia de propriedade privada, há que reparar que, por outro lado, não só não conduzem qualquer acção contra o capitalismo de Estado, mas são dos que mais activa e demagógicamente o constróem no dia a dia.

Na situação actual não há só dois campos em jogo, mas três: o proletariado, a burguesia de propriedade privada e os capitalistas de Estado. O fundamental da tática dos capitalistas de Estado nesta complexa luta social consiste em aproveitarem-se do facto de tanto eles como os proletários combaterem a burguesia de propriedade privada para fazerem crer ao proletariado que não há qualquer diferença social entre os proletários e os capitalistas de Estado. É neste ponto que sempre se tem jogado a vitória ou a derrota das revoluções. Se o proletariado triunfou da burguesia de propriedade privada para ir submeter-se a uma nova escravidão sob o capitalismo de Estado, como sucedeu na URSS, na China, em Cuba e em todos os países ditos "socialistas", a revolução foi derrotada. Para que seja vitoriosa é necessário que o proletariado lute em duas frentes: contra a burguesia de propriedade privada e contra os capitalistas de Estado. Todas aquelas organizações e grupos políticos que apontam ao proletariado um único inimigo, a burguesia privada, contribuem para o fortalecimento do outro inimigo, o capitalismo de Estado, e favorecem a sua ascensão sem oposições.

Ao longo deste jornal temos incansavelmente desmistificado tal tipo de acções e tem-nos esforçado por desvendar o seu verdadeiro sentido económico e social. Mas, no geral, referimo-nos ao significado de tais ideologias na análise das questões internas à situação portuguesa e não nas questões internacionais. Neste campo, uma das formas mais comuns e ideologicamente mais divulgadas de confundir a luta contra o capitalismo de Estado na luta contra

a burguesia privada consiste em apresentar o principal perigo do imperialismo americano sob a forma de um ataque armado ou de um golpe armado.

Em primeiro lugar, o imperialismo americano é somente um dos imperialismos e enquanto a economia capitalista não for destruída à escala mundial o proletariado de um país não poderá, durante um período de tempo significativo, libertar-se de um imperialismo sem cair sob a alçada de outro. Nos nossos dias em qualquer país se produz essencialmente para o mercado externo e se consome fundamentalmente a partir do mercado externo. Por isso, enquanto a lei do valor perdurar a nível mundial, a economia em cada país estar-lhe-á subordinada, pois a produção encontra as suas fontes e as suas finalidades no mercado mundial. Referir-se somente o perigo de um dos imperialismos é esquecer o outro. Se o imperialismo americano domina grande parte do mundo, o imperialismo russo domina na Europa oriental, em parte dos países árabes, e em parte da África e da Ásia, enquanto que o jovem imperialismo chinês em expansão se alarga a vários países do Sueste asiático e da África. Entre estes imperialismos há uma rede estreita de relações económicas e políticas. Não se pode combater um isoladamente ou preferencialmente aos restantes. Os mesmos grupos políticos que, em Portugal, vêm como único inimigo a burguesia de propriedade privada centram também todos os seus ataques, no campo internacional, no bloco imperialista onde as estruturas capitalistas de Estado são menos desenvolvidas, isto é, no imperialismo americano. Deste modo prosseguem, conscientes ou inconscientemente, a aliança com os principais blocos do capitalismo de Estado mundial — a URSS e a China. O imperialismo combate-se como um todo, do mesmo modo que para lutar contra o capitalismo não se luta contra uma empresa, mas contra o conjunto de todas elas.

Em segundo lugar, o perigo do imperialismo não reside preferencialmente nas suas acções armadas. Esse perigo é uma realidade quotidiana, que existe mesmo sem balas ou desembarques de "marinheiros", pela mera existência dos automatismos económicos do regime actual. O imperialismo não é algo de exterior ao capitalismo, uma espécie de parasita que surja de fora. O imperialismo não é mais do que o nome que se dá ao tipo de organização capitalista numa dada fase do processo económico. Desde que começaram a desenvolver-se os monopólios que o capitalismo é imperialismo, e desde que a acção económica do Estado se acentuou, devido à existência dos monopólios, que o capitalismo se desenvolve sob a forma de capitalismo de Estado. Por vezes, os agentes políticos dos grupos económicos dominantes num bloco capitalista precisam de recorrer a acções armadas para reforçar o seu poder, quer contra os trabalhadores, quer contra blocos imperialistas rivais. Mas essas acções armadas de modo nenhum significam que o imperialismo intervenha mais; só querem dizer que *intervém de forma diferente*. O imperia-

lismo não precisa de acções armadas para intervir. A intervenção do imperialismo consiste na própria existência do capitalismo. Nos nossos dias não há relações capitalistas sem imperialismo.

Nas circunstâncias portuguesas actuais apontar o perigo da intervenção do capitalismo americano só enquanto acção armada oculta, por um lado, a real integração económica que Portugal continua a ter na esfera do capitalismo americano, qualquer que seja a clique burocrático-militar no poder. Por outro lado, serve para fazer crer que para a tal ameaça de desembarque americano, que se apresenta sempre como iminente, o exército tem que ser mantido e não há tempo para que todos os trabalhadores aprendam a manejar armas sem que exista uma estrutura militar profissional. Ou seja, primeiro converte-se a acção económica do imperialismo numa mera acção armada para depois apresentar o exército profissional e separado dos trabalhadores como o único capaz de responder a esse perigo de intervenção armada. São conhecidas, por exemplo, as declarações neste sentido dos mais importantes dirigentes do PRP.

Estes grupos, assim como a nível nacional centram os seus ataques na burguesia de propriedade privada, também a nível mundial apresentam como único inimigo o bloco imperialista onde a propriedade privada é mais forte. Trata-se de um radicalismo, não na luta do proletariado contra o capitalismo, privado ou de Estado, mas na luta do capitalismo de Estado contra as insti-



tuições da propriedade privada. Neste panorama ideológico tem muita importância a redução do imperialismo ao imperialismo americano e a redução da acção imperialista à sua acção armada. Até aqui, tentámos mostrar as implicações ideológicas gerais desta posição. Vamos ver agora a sua viabilidade prática, o que permitirá esclarecermo-nos melhor sobre essas implicações ideológicas e sobre a sua função social e económica.

*

Até há alguns anos os países da margem norte do Mediterrâneo (Portugal, Espanha, França, Itália e Grécia; a Jugoslávia e a Albânia são casos à parte) constituíam um forte bloco tradicionalista, onde possuíam grande peso as instituições do capitalismo privado. É certo que a França e, mais ainda, a Itália, tinham importantes formas de capitalismo de Estado, no entanto era a burguesia de propriedade privada quem dominava o

(cont. na p. 7)